



MAPEAMENTO DAS TENSÕES SOCIOAMBIENTAIS NO ENTORNO E NOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DE SEABRA, BAHIA: ANÚNCIOS DE CONFLITOS TERRITORIAIS

Aline Miranda Barbosa ¹

RESUMO

O artigo apresenta o contexto de conflitos territoriais e tensões socioambientais presentes no Território de Identidade Chapada Diamantina – Bahia, principalmente em decorrência do avanço da instalação de empreendimentos associados aos setores elétrico, mineral e do agronegócio. Trata-se de um trabalho que socializa parte das discussões realizadas por uma pesquisa de doutorado em andamento, cujo foco de análise são as comunidades quilombolas do município de Seabra. Deste modo, além de identificar as tensões socioambientais que estão emergindo sobre as comunidades quilombolas deste município buscou-se também, identificar as tensões e conflitos territoriais que estão se espacializando no entorno de Seabra. Possibilitando assim, compreender os arranjos do avanço do capital nesta região com formas de uso e gestão da natureza que tanto se contrapõe quanto atinge diretamente as formas de saber e de viver dos territórios de comunidades tradicionais. Por isso, além de mapear os diferentes empreendimentos, é espacializado também as diferentes formas de luta e resistências à esse modelo de avanço do capital.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais, Território, Empreendimentos, Conflitos.

RESUMEN

El artículo presenta el contexto de conflictos territoriales y tensiones socioambientales presentes en el Territorio de Identidad Chapada Diamantina - Bahia, principalmente como resultado del avance en la instalación de proyectos asociados a los sectores eléctrico, minero y agroindustrial. Es un trabajo que socializa parte de las discusiones realizadas por una investigación doctoral en curso, cuyo foco de análisis son las comunidades quilombolas del municipio de Seabra. Además de identificar las tensiones socioambientales que se están gestando en las comunidades quilombolas de este municipio, también se buscó identificar las tensiones y conflictos territoriales que se están produciendo en torno a Seabra. Posibilitando la comprensión de las adecuaciones del avance del capital en esta región, con formas de uso y manejo de la naturaleza que se oponen y afectan directamente las formas de conocer y vivir en los territorios de las comunidades tradicionales. Por tanto, además de mapear las diferentes empresas, también se espacializan las diferentes formas de lucha y resistencia a este modelo de avance de capital.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais, Território, Empreendimentos, Conflitos.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná - UFPR, alinembarbosageo@gmail.com;



1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa socializar as discussões e reflexões anunciadas por um estudo de doutorado em andamento. A referida pesquisa de doutorado tem como sujeitos de análise as comunidades quilombolas e como recorte espacial o município de Seabra, localizado no Território de Identidade Chapada Diamantina² no estado da Bahia. Previamente, é preciso destacar que o contexto de desenvolvimento desta pesquisa é marcado pela pandemia da Covid-19. Não vamos nos ater a complexidade dos efeitos da atual crise sanitária e política que vivemos, contudo, é preciso elencar que o referido contexto demandou ajustes metodológicos para que a pesquisa seguisse em andamento.

Além de realizar levantamento bibliográfico, cartográfico e documental que subsidiam o presente texto e diante da impossibilidade de realizar o trabalho de campo, outro procedimento metodológico adotado, que contribuiu diretamente com o processo de aproximação do nosso campo empírico foi o acompanhamento de *lives*³ que pautavam comunidades quilombolas, conflitos socioambientais e demais temáticas voltadas ao espaço agrário da Chapada Diamantina. Essas atividades⁴, trouxeram importantes contribuições ao presente estudo, possibilitando tanto o conhecimento de diferentes pesquisas realizadas na região, quanto a oportunidade de conhecer e ouvir as falas de pessoas das comunidades atingidas por diferentes empreendimentos, que hoje conformam mobilizações e que, assim, anunciam a diversidade de tensões socioambientais presentes na Chapada Diamantina.

Com isto em vista, esse artigo tem por principal objetivo compartilhar o mapeamento realizado sobre as tensões socioambientais e conflitos territoriais que estão se desenhando no entorno do nosso recorte de estudo, visto que olhar para o entorno possibilita delinear o cenário de conflitos socioambientais mais abrangente que pode vir a atingir as comunidades quilombolas de Seabra. Nesse sentido, o presente artigo está organizado em três sessões que subsidiam a discussão central deste trabalho: na primeira é apresentado um breve panorama sobre o processo de ocupação da região; na segunda, abordamos a questão quilombola e na terceira apontamos as tensões socioambientais e os conflitos territoriais identificados no recorte espacial analisado.

² Divisão regional elaborada pelo Governo da Bahia que reconhece a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Disponível em: < <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17> >. Acesso: set de 2021.

³ *Lives*: organização de mesas de debate e espaços de diálogo com transmissão ao vivo pela internet.

⁴ As *lives* organizadas pela TV da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) – Campus Seabra; o II Congresso Virtual UFBA 2021: Universidade em Movimento e as *lives* organizadas pelo Movimento Salve as Serras (SAS).



2. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA CHAPADA DIAMANTINA

Refletir sobre a formação socioespacial da Chapada Diamantina nos auxilia a compreender o cenário de relações de poder que marcaram e marcam a questão agrária, tanto no que corresponde aos atuais conflitos pela terra e pelo território, como no que diz respeito aos sujeitos coletivos em resistência nesses contextos, como o exemplo das comunidades quilombolas.

Sobre o processo de ocupação colonial desta região, Santos (2017) identifica que se deu de forma descontínua e irregular. Segundo o autor tais territórios começaram a ser conquistados, de fato, durante a segunda metade do século XVII em um contexto de luta constante contra grupos indígenas que ocupavam a região e que genericamente eram denominados pelos colonizadores de tapuias. Neves (2003), reforça essa abordagem ao descrever como os primeiros grandes latifúndios da região foram se constituindo por meio da sesmaria, da guerra ao “gentio bárbaro” e do estabelecimento da pecuária de base escravagista. No percorrer do século XVII à metade do século XVIII, a ocupação do sertão baiano era extremamente descontínua e os imensos latifúndios sesmeiros eram atravessados, tanto por áreas de imensos vazios, quanto por áreas ocupadas por quilombolas e indígenas (Santos, 2017; Neves, 2003).

O processo de ocupação colonial na região é acentuado, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII com a intensificação da extração de ouro nos municípios de Jacobina e Rio de Contas (ambos localizados no entorno de Seabra, o primeiro situado mais ao norte e o segundo mais ao sul do município) e sobretudo, a partir da abertura de uma estrada que conectava esses dois núcleos de exploração aurífera da Bahia e que passava por Seabra. Assim, a história de Seabra, bem como de outros municípios da região, está associada à constituição de caminhos que interligavam zonas mineradoras, tornando-se um importante ponto de pouso para viajantes em trânsito entre as minas, em uma região marcada também pelo estabelecimento de fazendas pecuaristas e cultivos agrícolas para o abastecimento interno. Importante enfatizar que ambos sistemas econômicos tinham como base a mão de obra escravizada de indígenas e principalmente negra.

Outro momento importante para se compreender o processo de ocupação dessa região diz respeito ao período de exploração de diamantes que perdurou durante a segunda metade do século XIX. Lençóis, um dos municípios vizinhos de Seabra, centralizava o movimento garimpeiro e tornou-se nessa época o maior centro urbano do interior da Bahia (NEVES, 2003). Esse breve olhar, a partir de uma perspectiva histórica, sobre o processo de ocupação do



Território de Identidade Chapada Diamantina, permite-nos nos aproximar e compreender um pouco do contexto de formação de sujeitos coletivos que ocupam e fazem o uso da terra na região, especialmente das comunidades quilombolas.

3. COMUNIDADES QUILOMBOLAS

No campo teórico, há importantes análises que apresentam críticas e problematizam os diferentes significados/definições que foram atribuídos e que predominaram ao longo do tempo sobre o que seriam os quilombos. Almeida (2011) problematiza a perpetuação da definição jurídico-formal de quilombo, criada ainda no período colonial pelo Conselho Ultramarino. Segundo o autor, a definição criada por estes instrumentos punitivos e de perseguição manteve por muito tempo uma ideia de quilombo totalmente “frigorificada”, associada principalmente à ideia de fuga e de isolamento. Leite (2000) e Gomes (2015) acrescentam a crítica a ideia de isolamento e de autossuficiência que se criou em torno dos quilombos e que apagam a diversidade de contextos em que muitas dessas comunidades se constituíram.

Ressaltamos assim, que as comunidades quilombolas abrangem realidades de grupos distintos e tornam-se, na contemporaneidade, termos de autoafirmação política. Essas categorias inspiram a luta contra o racismo e a luta por direitos, e possuem como elo comum a herança de um passado escravista promotor da exploração, da violência e da opressão direcionada aos negros e negras de origem africana e, conseqüentemente, aos afro-brasileiros.

Atualmente, as comunidades quilombolas correspondem a grupos mobilizados em torno dessa autoafirmação política, que se caracteriza por ter como cerne de suas lutas a demanda por titulação dos seus respectivos territórios tradicionalmente ocupados. O município de Seabra conta com a presença de onze comunidades que se autoidentificam como quilombolas, são elas: Agreste, Baixão Velho, Cachoeira da Várzea, Capão das Gamelas, Lagoa do Baixão, Mocambo da Cachoeira, Morro Redondo, Olhos d’água do Basílio, Serra do Queimadão, Vazante e Vão das Palmeira. Com exceção da comunidade quilombola do Morro Redondo, todas são tituladas. Contudo, este fato não impede que haja tensões socioambientais e conflitos territoriais, como veremos adiante.

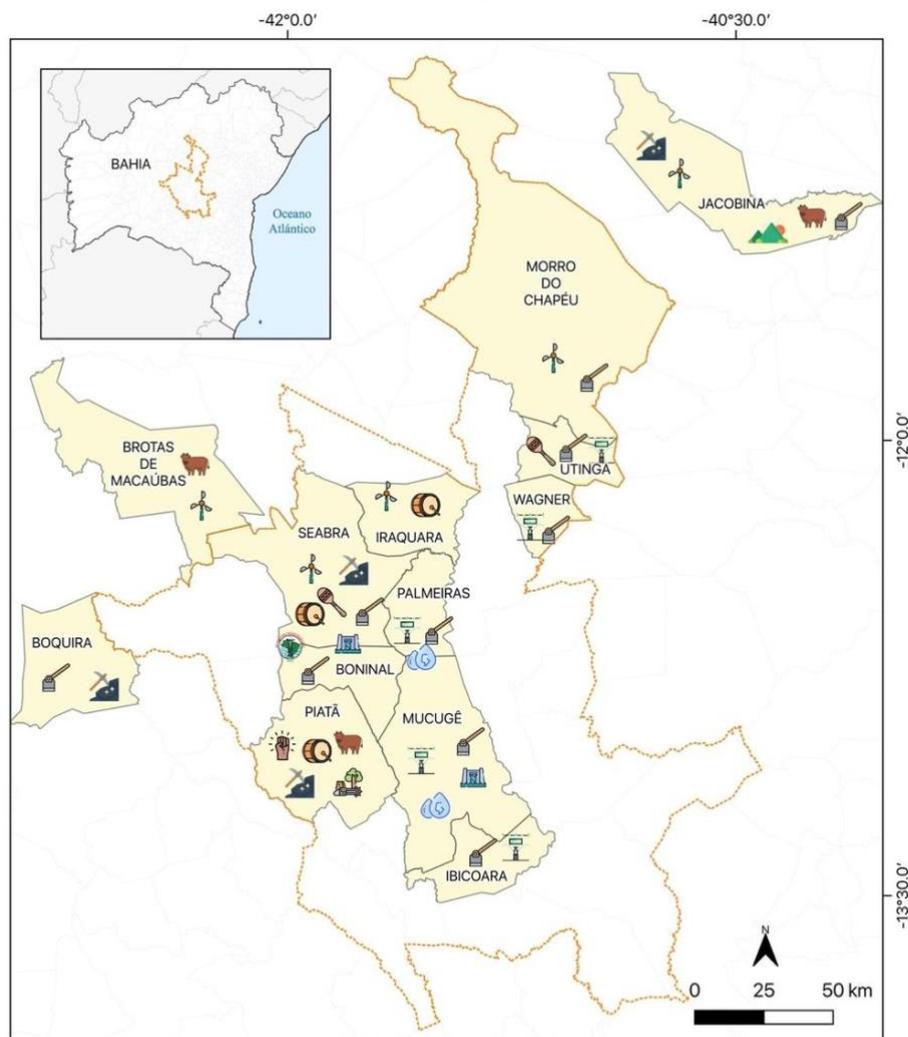
4. CONFLITOS TERRITORIAIS E TENSÕES SOCIOAMBIENTAIS

No presente artigo apresentaremos situações de tensões socioambientais presentes em Seabra e especialmente no seu entorno, tais situações estão atreladas a instalação de



empreendimentos que, metodologicamente, dividimos em três setores: setor elétrico, com destaque para a instalação de parques eólicos; setor agrícola, com destaque para a implementação de pivôs centrais e de barragens voltadas à agricultura irrigada do agronegócio; e o setor mineral, voltado a exploração de rochas ornamentais e de minério de ferro. O levantamento desse conjunto de tensões socioambientais parte principalmente das diferentes frentes de luta que as comunidades envolvidas estão acionando para trazer maior visibilidade aos conflitos que estão vivenciando. O mapa 1 busca representar a espacialização dessas situações que serão abordadas adiante.

MAPA 1: TENSÕES SOCIOAMBIENTAIS, CHAPADA DIAMANTINA - BA



Elaboração: Aline Miranda Barbosa, 2021.
Fonte: IBGE, SEI.
Sistema de coordenadas: SIRGAS 2000.

obs: a localização dos pontos é ilustrativa, podendo haver mais empreendimentos e processos de resistências.



4.1 Setor elétrico

Os principais empreendimentos relacionados ao setor elétrico presentes no estado da Bahia são: hidrelétricas; complexos eólicos; energia solar e as linhas de transmissão de energia. Na região do presente estudo destaca-se, principalmente, o aumento (tanto na fase de pesquisa, quanto nas fases de instalação e de operação) do número de empreendimentos elétricos associados à matriz eólica. A energia eólica tem se expandido no Brasil no decorrer das últimas décadas e no estado da Bahia as primeiras operações iniciaram no ano de 2012; tornando-se, em poucos anos, um dos estados com maior produção de energia eólica do país (SANTANA FILHO, 2019).

4.1.1 Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto (Brotas de Macaúbas)

Brotas de Macaúbas foi um dos primeiros municípios a ter a instalação de complexos eólicos e ainda segue sendo alvo de interesse de expansão desse setor. O caso que abordaremos trata da questão dos contratos de arrendamentos estabelecidos por uma empresa eólica. De acordo com Ribeiro & Oliveira (2020), o contato da Statkraft Energias Renováveis com as Associações de Moradores de Mangabeira e Boa Vista teve início em 2016, e no ano de 2018 a empresa apresentou a primeira versão da minuta de contrato de arrendamento às comunidades. Vale destacar, que os contratos de arrendamento são de extrema importância para que uma empresa desse setor possa participar dos leilões de energia da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).⁵

É nesse contexto que as comunidades de fundo de pasto de Mangabeira e Boa Vista se organizaram e conseguiram obter a assessoria de uma equipe de apoiadores⁶ que contribuíram com a análise e negociação dos contratos. Nas primeiras versões dos contratos de arrendamento havia pontos que tinham como principal objetivo assegurar direitos e vantagens à empresa em detrimento das comunidades, a saber: a) a falta de informação sobre a localização dos aerogeradores; b) indeterminação quanto ao tempo do período pré-operacional; c) valores estipulados sem esclarecimento quanto aos critérios utilizados; d) o livre acesso à área pela

⁵ Uma empresa do setor eólico necessita comprovar o direito de uso do terreno tanto para participar dos leilões da ANEEL, quanto para obter o licenciamento ambiental e isso se dá por meio da comprovação de posse ou do arrendamento de terras de terceiros.

⁶ Essa equipe foi composta por membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Fundação Padre João, da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) e de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (RIBEIRO; ARAÚJO; OLIVEIRA; GERMANI, 2018).



comunidade condicionado à autorização da empresa, assim como o acesso a empréstimo e parceria agrícola; e) a transferência para a comunidade da obrigação de pagar todos os tributos presentes e futuros sobre todo o imóvel, independentemente da área ocupada; f) vigência do contrato de 30 anos com renovação automática, caso não haja manifestação 01 ano antes (RIBEIRO; ARAÚJO; OLIVEIRA; GERMANI, 2018).

Conforme Ribeiro & Oliveira (2020), os contratos foram assinados com nova redação e exclusão de cláusulas prejudiciais às comunidades após inúmeras negociações assessoradas pela equipe. De acordo com as autoras, este caso demonstra que os contratos podem sofrer alterações para maior benefício de uma comunidade ou proprietário e também, exemplifica a importância de se obter uma assessoria em defesa das comunidades.

4.1.2 Comunidade Quilombola Riacho do Mel (Iraquara) e Comunidades Camponesas (Morro do Chapéu)

A comunidade quilombola Riacho do Mel também vem sendo impactada com a possibilidade de instalação de um empreendimento eólico em seu território. O território ainda não é titulado e desde o momento que tiveram conhecimento da possibilidade de instalação de um empreendimento eólico, a situação na comunidade tornou-se de tensão, visto que a empresa eólica interessada na área busca fazer diálogos e negociações individuais para viabilizar o arrendamento das terras. O caso foi relatado durante uma *live*⁷, até então, nenhum contato por parte da empresa havia sido realizado com a comunidade para explicar ou estabelecer algum tipo de diálogo coletivo sobre o interesse na instalação do empreendimento no seu território.

A falta de acesso a informações que possibilitem a compreensão da dimensão do empreendimento e de seus impactos gera insegurança, sentimento de desrespeito e conflitos internos na comunidade, os quais passam a emergir diante do receio de que pessoas não-quilombolas, que vivem na comunidade, comecem a assinar os contratos de arrendamento individualmente e sem um diálogo coletivo, colocando assim, em risco a permanência da comunidade em seu território e a continuidade de seu modo de vida.

Na mesma atividade virtual, foi relatada a questão das eólicas no município de Morro do Chapéu, um dos primeiros municípios da Bahia a ocorrer a instalação desse tipo de

⁷ *live* “Boca Piu: Chapada Diamantina, agricultura familiar e a instalação de torres eólicas” Atividade realizada no dia 15/10/2020, transmitido pelo canal do Youtube da TV UNEB Seabra. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=HXC4ulWxHZg&t=5078s> >. Acesso em: set. de 2021.



empreendimento. A fala de uma das lideranças da região ressaltou a problemática dos contratos, destacando que além de gerar conflitos entre os moradores de uma comunidade (devido ao fato da empresa tratar individualmente com as pessoas que possuem a propriedade da terra); esses contratos também trazem cláusulas abusivas que ferem os direitos das comunidades.

4.1.3 Movimento Salve as Serras (Jacobina)

Diante desse cenário de avanço das áreas de interesse de implementação de complexos eólicos, emergiu o Movimento “Salve as Serras” (SAS),⁸ que lançou em outubro de 2020 uma campanha internacional homônima. O movimento nasce, especialmente no contexto de ameaça de instalação de eólicas e da mineração nas Serras da Jacobina, uma das serras que compõe o complexo geomorfológico da Serra do Espinhaço. Vale destacar, que o SAS tem atuado especialmente na região das serras, tanto do município de Jacobina quanto dos municípios vizinhos, buscando apoiar as comunidades atingidas por empreendimentos eólicos e minerais. Contribuindo tanto com o fortalecimento da articulação entre a academia e os moradores da região das serras, quanto nos processos de mobilizações populares e no encaminhamento de denúncias⁹. Deste modo, o movimento SAS contribui diretamente com a visibilização dos processos de luta e resistência das comunidades, assim como, com as denúncias dos impactos socioambientais e conflitos gerados frente a instalação desses empreendimentos.

4.2 Setor agrícola

No âmbito agrícola abordaremos situações diretamente associadas à forma como vem se constituindo a ocupação do agronegócio na Chapada Diamantina. Dentre os empreendimentos provenientes deste setor que nos possibilita identificar tensões socioambientais, destacaremos a instalação de pivôs centrais e de barragens voltadas à agricultura irrigada. Ambos tem gerado tensões com relação ao uso e gestão das águas, assim como, com relação a práticas de desmatamento com fins de instauração de novas zonas de produção agrícola de grande porte.

Com relação ao uso de irrigação por pivôs centrais, a Bahia é o terceiro estado com o maior número de pólos no Brasil¹⁰ (EMBRAPA, 2021). Dentre os municípios identificados, no

⁸ Link do site oficial do movimento SAS: < <http://salveasserras.org/> >.

⁹ A formalização de um protocolo de denúncias junto ao Ministério Público Estadual da Bahia é exemplo disso.

¹⁰ Minas Gerais ocupa a posição de primeiro lugar e Goiás em segundo lugar.



ano de 2013, com maior quantidade de pivôs centrais e áreas irrigadas, dois deles pertencem a região da Chapada Diamantina. O município de Mucugê ocupando a posição de primeiro lugar com 471 pivôs em uma área de 32.106,78 ha e o município de Ibicoara em quarto lugar, com 206 pivôs, em uma área de 11.635,03 ha (GUIMARÃES & LANDAU, 2014). Além de pertencerem a região do Território de Identidade da Chapada Diamantina, os referidos municípios pertencem a uma das mais importantes bacias hidrográficas da região, a do Rio Paraguaçu¹¹.

Deste modo, apontaremos como o avanço da instalação de pivôs centrais e de barragens, voltadas para o modelo de agricultura irrigada do agronegócio, tem se expandido na região do Território de Identidade da Chapada Diamantina e gerado tensões, principalmente no uso e gestão das águas da Bacia do Rio Paraguaçu. Conseqüentemente, impactando diferentes comunidades que vivem de práticas tradicionais de cultivo e manejo da natureza, como é o caso das comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, assentados, fundo e fecho de pastos que vivem nesta região.

4.2.1 Bacia do Rio Paraguaçu (Ibicoara, Mucugê, Utinga, Wagner e Palmeiras)

O processo de chegada e expansão do agronegócio ao longo da bacia do Rio Paraguaçu teve início durante a década de 1980, sobretudo, nos municípios de Ibicoara e Mucugê com o estabelecimento de empresas agrícolas, de capital nacional e internacional, voltadas a produção de monocultivos de batatas, morangos e café (ARANZABAL & OLIVEIRA, 2019). O estado de tensões socioambientais e conflitos territoriais presentes nessa região, em decorrência do agronegócio, aparece de forma central no trabalho realizado pela “Caravana do Paraguaçu”¹². A referida caravana percorreu o rio Paraguaçu desde o Recôncavo (foz) até a Chapada Diamantina (nascente) com a intenção de visibilizar os conflitos presentes ao longo desta bacia hidrográfica. Na região do alto Paraguaçu (Chapada Diamantina), os principais conflitos giram em torno do uso da água pelo agronegócio, as comunidades relatam a problemática do

¹¹ A nascente e os principais afluentes dessa bacia estão na Chapada Diamantina, o Rio Paraguaçu nasce no município de Barra da Estiva, percorre por Ibicora, Mucugê e vários outros municípios (um trajeto de aproximadamente 600 km) até deságuar na baía de Iguape, no recôncavo baiano.

¹² Uma iniciativa da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Diocesana de Ruy Barbosa, Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), o Movimento dos Sem Terra (MST) e o Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA), Movimento de Pequenos Pescadores (MPP) e outras organizações, movimentos sociais, ambientalistas e sociedade civil comprometidos com a defesa dos direitos territoriais (ARANZABAL & OLIVEIRA, 2019). A atividade foi realizada entre os dias 03 e 13 de junho de 2019, dentre os resultados destaca-se a produção do documentário “Os conflitos territoriais da Bacia do Paraguaçu”. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=WUh4Hsxo7jk> >. Acesso em: set. de 2021.



assoreamento e redução do nível da água dos rios como uma das consequências do aumento de pivôs centrais e barragens voltadas à irrigação nesta região.

Tanto Ibicoara quanto Mucugê, contam com a presença de inúmeras barragens destinadas à irrigação e a principal delas é a Barragem do Apertado, localizada há alguns quilômetros da cabeceira do rio Paraguaçu, suas obras foram concluídas em 1998 pela Companhia de Engenharia Ambiental da Bahia – CERB. De acordo com Oliveira (2018, p. 1):

[...] a Barragem do Apertado possui usos distintos, dentre os quais destacam-se a irrigação e o abastecimento doméstico. Mas, nos últimos três anos em que acentuou o colapso hídrico no alto Paraguaçu o rio chegou a cortar logo abaixo da barragem. O sistema de abastecimento da cidade de Mucugê (BA) foi interrompido. Percebe-se uma priorização pelo agronegócio em detrimento ao abastecimento humano (OLIVEIRA, 2018, p. 1).

A relação entre a construção da Barragem do Apertado e o agronegócio também é identificada em estudos como o elaborado por Silva (2019), no qual a autora pesquisou as mudanças no uso e cobertura do solo em Mucugê. A partir de estudos comparativos entre as imagens de satélite, a autora identificou que em 1993 (anterior a Barragem do Apertado) a agricultura irrigada por pivô central correspondia a 0,98% do território do município e em 2016 (posterior a construção) passou a corresponder a 14,96% do seu território, correspondendo a 370,41 km² (equivalente a 37.041 ha). Por sua vez, a área ocupada por vegetação densa no município caiu de 22,80% (em 1993) para 5,30% (em 2016).

É importante destacar que a implantação da barragem do Apertado foi acompanhada por um processo de fomentação do agronegócio na região, resultando na constituição do denominado “Agropolo Mucugê-Ibicoara”. Deste modo, a análise realizada por Silva (2019) representa tanto o avanço do agronegócio nos municípios quanto a conseqüente redução de áreas cobertas por vegetação densa.

Esse contexto de expansão do agronegócio com base na agricultura irrigada no Território de Identidade Chapada Diamantina, também é identificado nos municípios de Utinga e Wagner principalmente nos cultivos de banana, mamão e manga. Esse modelo de produção agrícola está interferindo na dinâmica hídrica do rio Utinga, que é um dos principais afluentes da Bacia do Rio Paraguaçu¹³, e também, o rio responsável pelo abastecimento de água das cidades de Utinga, Wagner, Lajedinho e Andaraí (OLIVEIRA, 2018, p.2). O município de Utinga além de contar com a presença de comunidades camponesas, também abriga o território indígena do povo Payayá. Dentre as ações que os Payayás estão envolvidos em defesa das águas

¹³ O rio Utinga deságua no rio Santo Antônio que por sua vez deágua no rio Paraguaçu.



da região, destaca-se a manutenção de um viveiro de mudas voltado a recuperação florestal das matas ciliares da sub bacia do Utinga¹⁴.

A questão da concessão de outorgas aos grupos empresariais do agronegócio também é outro ponto de tensão na região. O movimento SOS Águas da Chapada Diamantina emerge a partir desta problemática e teve como estopim¹⁵ a concessão de outorga de poços com intensa captação de água do rio Santo Antonio, no município de Palmeiras, em benefício da empresa Igarachi para fins de irrigação por pivô central. O movimento segue mobilizado denunciando o uso agroindustrial (que além de contribuir com a escassez hídrica, pode contribuir também com a contaminação das águas por resíduos de agrotóxicos) e pleiteia transformar a Chapada Diamantina em patrimônio das águas da Bahia para que assim, os Gerais e as áreas de Cavernas não sejam usados para fins que ponham em risco as águas.

4.2.2 Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto (Município de Piatã – Bacia do Rio Paraguaçu)

O município de Piatã está se configurando como uma nova zona de expansão do Agropolo Mugugê-Ibicoara e a iminência deste avanço tem gerado conflitos na região. O caso foi abordado durante o II Congresso Virtual UFBA 2021: Universidade em Movimento, na mesa “Conflitos Socioambientais na Chapada Diamantina – BA”¹⁶. Os participantes da mesa¹⁷ relataram que os conflitos emergiram a partir da chegada de três novos empreendimentos agrícolas das seguintes empresas: Hayashi, Trebechi e Fazenda Progresso.

O maior conflito tem sido com a empresa Hayashi que conseguiu uma Autorização para Supressão de Vegetal (ASV) junto ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA). No entanto, a legalidade da referida ASV é alvo de investigação do Ministério Público Estadual da Bahia (MPE-BA)¹⁸. A empresa chegou a desmatar uma área de

¹⁴ Fala do cacique Juvenal Payayá sobre o viveiro de mudas durante a live da TV UNEB Seabra - FACINE: Chapada Diamantina Resistente. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=e0EbeZQ56LM> >. Acesso em: set. de 2021.

¹⁵ Ver a fala da profa. Marjorie Nolasco (Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS) durante a live da TV UNEB-SEABRA: “FACINE: SOS Chapada Diamantina”. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=8x5L47ZxpYY&t=285s> >. Acesso em: set. de 2021

¹⁶ Realizada no dia 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=jEUQdfVTtNw> >. Acesso em: set. de 2021.

¹⁷ Uma moradora do município de Piatã e o promotor de justiça do MPE-BA que está acompanhando o caso.

¹⁸ Uma notícia sobre a ação do MPE-BA pode ser consultada no seguinte link: < <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/12/08/desmatamento-na-chapada-apos-pedido-do-mp-justica-suspende-autorizacao-do-inema-a-produtor-rural.ghtml> >. Acesso em: set. de 2021.



aproximadamente 900 ha e o MPE-BA suspendeu a ASV emitida pelo INEMA por conta de irregularidades no procedimento de solicitação e emissão da referida autorização.

A área de instalação dos empreendimentos atinge diretamente as comunidades de fundo e fecho de pasto: Comunidade Ressaca e Comunidade dos Gerais¹⁹. As comunidades denunciam que as solicitações de ASV pelas empresas deveriam ser avaliadas de forma conjunta, uma vez que se trata de um empreendimento voltado ao agronegócio no qual as empresas agem conjuntamente.

4.3 Setor mineral

A Bahia é um dos estados da região nordeste onde a expansão da atividade mineradora tem se tornado mais intensa. Entre os anos de 2013 e 2015, Antonino (2019) constatou que nesta região havia 1.600 empresas de mineração em funcionamento. Desse total, 245 estavam em atuação no estado, com aproximadamente 40 tipos de substâncias minerais sendo exploradas em mais de 170 municípios. Segundo o autor, aproximadamente um terço dos municípios baianos possuía, neste período, territórios extrativo-minerais em plena atividade.

Em um trabalho mais recente sobre conflitos territoriais na Bahia envolvendo o setor mineral, Antonio e Germani (2021) constataram que os conflitos envolvendo a mineração no Brasil e na Bahia apenas não cessaram, como tendem a aumentar. Conforme foi constatado pelos autores, a partir de 2012, o estado da Bahia se tornou líder em solicitações de autorização de pesquisas minerais, recebendo um enorme volume de novos processos a cada ano. Nesse sentido, os autores alertam que a expressividade do número de processos minerários ativos na Bahia demonstra a vontade e o ímpeto do setor mineral em vencer qualquer obstáculo, inclusive avançar sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais. A exemplo disso, abordaremos a seguir o caso de comunidades quilombolas do município de Piatã e o caso de comunidades de fundo e fecho de pasto do município de Boquira atingidas por empreendimentos do setor minerário.

4.3.1 Comunidades quilombolas da Bocaina e Mocó (Município de Piatã)

¹⁹ Conflito registrado pelo Caderno de Conflitos no Campo 2020 da Comissão Pastoral da Terra. Disponível em: < <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0> >. Acesso em: set. de 2021.



No município de Piatã a extração de minério de ferro está impactando diretamente comunidades quilombolas. As comunidades da Bocaina e Mocó são as principais atingidas em decorrência das atividades de extração de minério de ferro por parte da empresa britânica *Brazil Iron Mineração*. A situação é de conflito e as comunidades atingidas estão organizadas, denunciando o desrespeito e os impactos socioambientais que passaram a sofrer desde a instalação da mina. Uma das ações realizadas foi a organização de uma manifestação pública nas ruas de Piatã em setembro de 2020, com o intuito de denunciar os problemas que estavam enfrentando e solicitar amparo do poder público. No entanto, ao invés de conquistarem o diálogo e/ou negociação com a empresa sob o amparo do poder público, foram atingidos por bombas de gás lacrimogêneo pela Polícia Militar para dispersar a mobilização²⁰.

Dentre os principais impactos sentidos e relatados pelas comunidades estão: o fato da atividade de extração mineral ocorrer de forma ininterrupta (24h por dia nos 7 dias da semana); poluição sonora (as explosões são realizadas sem aviso prévio); poeira decorrente do tráfego de caminhões e das explosões (resulta no acúmulo de pó nas casas, nas plantações, nos solos, nas águas das nascentes e ainda, pode gerar doenças respiratórias); abalo nas estruturas das casas (devido às explosões e tráfego de caminhões); deposição irregular dos rejeitos (acúmulo na beira das estradas); assoreamento de nascente (relatam ser a primeira vez que a nascente do Bebedouro diminui seu nível); risco de contaminação de nascentes (as comunidades conseguiram realizar análises da qualidade da água e foi identificado a presença de chumbo, fósforo, manganês e zinco).

As comunidades relatam também que algumas famílias já estão deixando de plantar com receio de que os alimentos cultivados possam estar contaminados em decorrência da interferência da mineradora na qualidade da água, do solo e do ar. Outras famílias chegaram a abandonar suas casas em decorrência dos abalos nas estruturas de suas casas²¹.

Diante deste contexto, é criado o movimento SOS Bocaina e Mocó que além das comunidades atingidas agrega uma série de instituições, entidades e organizações colaboradoras. Em setembro de 2021, um ano depois da manifestação pública nas ruas de Piatã, as comunidades conquistaram a realização de uma audiência pública conduzida pelo MPE-BA

²⁰Matéria “Comunidades Quilombolas de Piatã sofrem com impactos de mineradora Brazil Iron”. Disponível em: <<https://teiadospovos.org/comunidades-quilombolas-de-piata-sofrem-com-impactos-de-mineradora-brazil-iron/>>.

²¹ Tais relatos podem ser consultados nas seguintes *lives*: 1) TV UNEB Seabra “Chapada Diamantina: agricultura familiar e as mineradoras”, a atividade foi realizada no dia 08/10/2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6L50SDNJ0m8>>. Acesso em: set. de 2021; 2) TV UFBA “Congresso Virtual UFBA 2021: Conflitos socioambientais na Chapada Diamantina – BA”, a atividade foi realizada no dia 23/10/2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=jEUQdfVTtNw>>. Acesso em: set. de 2021.



no território das comunidades. Nesta ocasião, as comunidades reforçaram as omissões e os impactos socioambientais gerados pela empresa mineradora *Brazil Iron*.

Dentre as principais denúncias estão: o fato da comunidade não ter sido consultada sobre a instalação do empreendimento; a situação da empresa estar extraíndo minérios sem licença ambiental (a empresa possui apenas uma autorização ambiental) e conforme a normatização estadual, um empreendimento desse porte precisa ter a licença ambiental; a invisibilização das comunidades quilombolas com algumas famílias a menos de 40km da área minerada (tanto a empresa não informa a presença das comunidades quilombolas na área de influência do empreendimento, quanto o INEMA também não menciona as comunidades quilombolas nos documentos emitidos a favor da empresa e, conseqüentemente não propõe nenhum tipo de mediação)²². Trata-se assim, de um conflito que segue latente no qual as comunidades estão organizadas e mobilizadas em defesa de seus territórios e de seus modos de vida.

4.3.2 Comunidades rurais Buriti/Nova Aparecida e Caldeirão (Município de Boquira)

Boquira é um dos municípios da Bahia que também tem a presença de empreendimentos minerários em atividade e atualmente, este setor está voltado principalmente à extração de rochas ornamentais, sobretudo, de quartzito e granito. Abordaremos neste artigo o caso das comunidades rurais de Buriti/Nova Aparecida e de Caldeirão, duas comunidades rurais vizinhas, ambas impactadas pelo mesmo empreendimento de extração de granito. Oliveira (2018) contextualiza que a referida atividade minerária iniciou suas atividades no ano de 2014, conseguindo ampliar a área de exploração com a instalação de mais dois pontos de extração respectivamente no ano de 2015 e de 2017. A autora destaca que em nenhum momento houve a organização de qualquer tipo de consulta coletiva às comunidades, mesmo existindo residências a cerca de 800 metros de distância de uma das áreas de extração que, inclusive, utiliza explosivos em suas atividades.

Nas entrevistas realizadas com os moradores das referidas comunidades, Oliveira (2018) conseguiu identificar o sentimento de desrespeito e indignação por não terem sido consultados sobre a instalação e ampliação das áreas de extração do empreendimento e afirma que a maioria não consegue mencionar nenhum impacto positivo com a instalação do empreendimento,

²² Matéria “Mineradora Brasil Iron omite existência de comunidade quilombola”. Disponível em: < <https://teiadospovos.org/mineradora-inglesa-brazil-iron-omite-existencia-de-comunidade-quilombola/> >. Acesso em: set. de 2021.



exceto alguma esporádica ajuda financeira por parte da empresa como, por exemplo, o auxílio para a reforma da igreja da comunidade Buriti/Nova Aparecida e na organização de algumas festividades. Outro ponto mencionado como positivo foi a oferta de empregos para moradores locais, no entanto, a menção deste aspecto vem acompanhada de relatos de más condições de trabalho como, por exemplo: a falta de EPI's, de técnicos de segurança de trabalho, acúmulo de horas extras trabalhadas e não recebidas, etc.

No que diz respeito aos impactos negativos, diversos aspectos são mencionados: a sobrecarga do lençol freático devido ao intenso uso de água para manter o empreendimento (o uso da tecnologia do fio diamantado para o corte dos blocos exige grande quantidade de água); a degradação das estradas devido ao grande tráfego de carretas para escoar a produção; a poluição sonora (devido a utilização de maquinário e explosivos); a oferta de empregos a inúmeros profissionais de fora da comunidade; a degradação da paisagem (com valores identitários e culturais); as rachadura nas casas; o desmatamento; suspensão de partículas e acúmulo de poeira nas residências (OLIVEIRA, 2018).

Além dos impactos socioambientais mencionados pelas comunidades, a autora destaca também a vulnerabilidade do patrimônio arqueológico diante das atividades minerárias. Em Boquira foram identificados 38 sítios desta natureza e todos em áreas requeridas para exploração mineral, somente na área de atuação do empreendimento que atinge as comunidades de Buriti/Nova Aparecida e Caldeirão foram identificados e catalogados 25 sítios arqueológicos. Em seu estudo, Oliveira (2018) registrou também, a depreciação de alguns destes sítios arqueológicos em decorrência da atividade mineradora e destaca o risco que este tipo de atividade traz à conservação desse importante patrimônio cultural.

4.4 Comunidades quilombolas e indígena (município de Seabra)

Em Seabra, podemos identificar três situações de tensões socioambientais que atingem diretamente comunidades tradicionais. O primeiro deles é a construção da Barragem Vazante/Baraúnas no território da comunidade quilombola da Vazante; o segundo é a expansão do setor mineral que atinge comunidades camponesas, quilombolas e indígena; e o terceiro caso trata do processo de manifestação de interesse de instalação de um empreendimento eólico na comunidade quilombola do Morro Redondo.

O caso da Barragem Vazante/Baraúnas trata-se de um projeto que tem início na década de 1980, quando também se inicia o processo de organização e resistência da comunidade quilombola da Vazante em defesa de seu território. A implementação da barragem atinge



diretamente o território da comunidade quilombola da Vazante (Seabra); e, também, comunidades do município de Boninal, com destaque às comunidades camponesas de Caititu e Pau Ferro, que ao longo dos últimos anos encontram-se mobilizadas a partir do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)²³.

A construção da barragem foi autorizada pelo governo estadual em 2017 e a responsabilidade da obra está a cargo da CERB. A partir do processo de mobilização da comunidade quilombola da Vazante, ocorreram momentos de negociações para o estabelecimento de medidas compensatórias, dentre elas a construção das novas casas na área de reassentamento da comunidade. No entanto, tanto as casas, quanto a nova infraestrutura prevista para a comunidade não foram concluídas e, até mesmo, infraestrutura básica como o fornecimento de energia elétrica não está sendo garantido à comunidade quilombola da Vazante.

Podemos afirmar que são mais de quatro décadas que a comunidade convive com a ameaça e insegurança sobre as possibilidades e condições de permanência em seu território. O início das obras de construção da barragem e a lentidão no cumprimento dos acordos que preveem a construção das novas casas e infraestrutura necessária para a comunidade não só contribuem com o processo de esvaziamento, mas tornam-se processos de expulsão da comunidade de seu território. Outro ponto a se considerar diz respeito ao destino de uso da barragem²⁴, visto que, no caso da Barragem do Apertado, também construída pela CERB, a princípio seria voltada ao abastecimento humano. No entanto, vimos que ao longo dos últimos anos sua construção tem contribuído diretamente com o avanço do agronegócio e a consequente escassez hídrica na região.

O segundo caso que trazemos sobre Seabra, está associado ao cenário de avanço do setor mineral sobre territórios quilombolas. O município conta com aproximadamente 140 processos minerários ativos na ANM, deste total, 34 sobrepõem diretamente as áreas dos onze territórios quilombolas do município (sem contar os que estão localizados no entorno próximo). No território da comunidade quilombola do Morro Redondo uma empresa passou a fazer a extração de blocos de mármore desde 2011 e o funcionamento acontece de forma esporádica (por alguns

²³ Ver matéria do MAB sobre as conquistas na busca por reparação aos impactos causados pela barragem. Disponível em: < <https://mab.org.br/2021/10/07/atingidos-por-barragem-vazante-baraunas-avancam-na-luta-por-regularizacao-fundiaria-na-chapada-diamantina-ba/> >. Acesso em: nov. de 2021.

²⁴ Conforme informações divulgadas pela companhia, o principal destino de uso da Barragem Vazante/Baraúnas será para o abastecimento de água das sedes dos municípios de Seabra, Boninal e parte de Piatã. Matéria da CERB sobre a implementação da Barragem Vazante-Baraúnas. Disponível em: < <http://www.cerb.ba.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/cerb-realiza-reuni%C3%B5es-p%C3%ABlicas-para-apresentar-o-empendimento-da-barrage> >. Acesso em: set de 2021.



meses a empresa faz a extração, por outros meses e até anos fica sem atividade). Conforme informações presentes na ANM, a empresa ainda não tem a concessão de lavra e possivelmente este pode ser um dos fatores que contribui para que seu funcionamento não seja contínuo e, por isso, muitos dos impactos são sentidos pela comunidade somente nos períodos de funcionamento (ex: circulação de caminhões, poeira, degradação das vias de acesso, etc.), mas o impacto paisagístico é notório e irreversível.

Outra situação diz respeito a uma área de exploração mineral em vias de implementação. Se a instalação da mineradora vir a se efetivar, atingirá uma área de uso comum que envolve diferentes comunidades rurais (Angico, Macamba de Dentro e Areias), duas comunidades quilombolas (Agreste e Baixão Velho) e uma indígena (Petiquara). A referida situação foi relatada durante uma *live*²⁵, nesta atividade é possível constatar a apreensão das comunidades pelo que está por vir e o anseio por esclarecimentos, por acesso a informações sobre o porte do empreendimento, sua forma de funcionamento, precisão da área que será utilizada, etc.

A terceira situação está atrelada ao cenário de avanço de empreendimentos eólicos na região e neste caso, com sobreposição ao território quilombola do Morro Redondo, vale destacar que dentre as onze comunidades que se reconhecem como quilombolas no município de Seabra, o Morro Redondo é a única que ainda não tem a titulação do seu território tradicional. Por outro lado, é uma das comunidades que há alguns anos está sendo alvo de interesse de empresas ligadas ao setor mineral e eólico.

No que diz respeito ao empreendimento eólico, é uma preocupação mais recente que vem assolando a comunidade, a qual relata que ao longo dos últimos dois anos algumas empresas percorreram o território da comunidade fazendo conversas individuais e demonstrando interesse na área. Entretanto, é principalmente a partir de julho de 2021 que a comunidade passa a se preocupar de fato com essa situação, visto que neste mês, o órgão estadual responsável pelo processo de titulação da comunidade, a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA)²⁶, esteve na comunidade para informar que o processo de titulação está em sua etapa final sendo necessário apenas alguns ajustes na medição. O que causou estranheza foi o fato da CDA ir no território da comunidade acompanhada por uma empresa do setor eólico, afirmando que a

²⁵ TV UNEB Seabra “Chapada Diamantina: agricultura familiar e as mineradoras”, a atividade foi realizada no dia 08/10/2020. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=6L50SDNJ0m8> >. Acesso em: set. de 2021.

²⁶ Certamente a CDA está agindo em consonância com a instrução normativa 01/2020 (SDE/SDR/CDA/PGE), emitida em julho de 2020, que viabiliza a instalação de empreendimentos eólicos em territórios tradicionais como os de Fundo e Fecho de Pasto e as comunidades Quilombolas. Disponível em: < <http://www.cda.sdr.ba.gov.br/sites/default/files/2020-07/INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20-%20C3%81REAS%20ENERGIA%20EOLICA.pdf> >. Acesso em: set. de 2021.



empresa está contribuindo com o encaminhamento da titulação. Trata-se assim, de um processo que está em andamento e que ainda não está esclarecido os limites na cooperação de uma empresa do setor de energia com o processo de garantia do território da comunidade quilombola do Morro Redondo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Olhar para casos que estão neste entorno próximo de Seabra, nosso recorte espacial de pesquisa, nos permite compreender como a eminência de instalação de determinados empreendimentos podem estar associados, direta ou indiretamente, aos interesses da mineração, das eólicas e do agronegócio que tem se expandido na região. Compondo uma trama de interesses sobre o uso e gestão da natureza que tanto se contrapõe quanto atinge diretamente as formas de saber e de viver dos territórios de comunidades tradicionais como as quilombolas, sujeitos de análise da pesquisa em curso.

Vale enfatizar que, associados a esses contextos de tensões e conflitos que foram abordados ao longo do texto pode também, emergir outros que se relacionam com a forma como essas atividades podem se espacializar na região, visto que muitas dessas atividades não se reduzem ao local de instalação do empreendimento e/ou da atividade. A espacialização pode se dar também, por exemplo, com a construção de grandes estradas, de linhas de transmissão de energia, dutos, entre outros.

As comunidades quilombolas desse estudo estão inseridas nesse cenário de avanço do capital em meio ao qual as políticas públicas contribuem com a liberação aos grandes empreendimentos. Mapear como o capital está se espacializando em Seabra e no entorno, contribui tanto para que as comunidades quilombolas possam ter conhecimento das possibilidades de avanço do capital que estão se desenhando em seu entorno e sobre seus territórios, quanto de como já estão se configurando situações de conflitos territoriais, tensões socioambientais e processos de resistências. Salientamos, assim, a importância de uma leitura sobre a complexidade de tensões socioambientais que se fazem presentes na região da Chapada Diamantina para compreendermos o contexto em que estão inseridas as comunidades quilombolas do município de Seabra. Se a resistência quilombola em outros tempos enfrentava as forças racistas do sistema escravista, atualmente, a resistência às forças racistas segue necessária e está atrelada ao enfrentamento das forças racistas globais do capital.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as novas etnias**. Manaus: UEA Edições, 2011.

ANTONINO, Lucas Zenha; GERMANI, Guiomar. A Mineração e os Conflitos Territoriais na Bahia. In: MARQUES, Juracy; ANTONINO, Lucas Zenha; MONTALVÃO, Pablo (Orgs). **Amputação das montanhas do sertão: ecocídio e mineração na Bahia**, volume 2. Paulo Afonso, BA: SABEH, 2021.

ARANZABAL, Iñigo Arrazola; OLIVEIRA, Claudio Adão Dourado de. A gestão pública das águas e os conflitos territoriais na Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu. **Desarrollo Rural Exploraciones**, n. 46. Instituto de Desenvolvimento Rural da América do Sul (IPDRS): Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: < <https://ipdrs.org/index.php/nuestra-produccion/exploraciones/exploracion/46> >. Acesso em: set. de 2021.

ARAÚJO, Júlio César Holanda; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade. Entre Expropriações e Resistências: Mapas das Desigualdades Ambientais na Zona Costeira do Ceará, Brasil. In: GORAYEB, Adryane; Brannstrom, Christian; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade (Orgs). **Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2019, p. 61-81.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: < <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/59843654/area-irrigada-por-pivos-centrais-no-brasil-atinge-16-milhao-de-hectares> >. Acesso em: set. de 2021.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUIMARÃES, Daniel Pereira; LANDAU, Elena Charlotte; SOUZA, Denise Luz de. **Irrigação por Pivôs Centrais no Estado da Bahia - Brasil**. Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2014.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Caderno Textos e Debates. n. 7. Florianópolis: NUER/UFSC, 2000.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Posseiros, Rendeiros e Posseiros: Estrutura Fundiária e Dinâmica Agro-Mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. Tese de doutorado (Pós Graduação em História do Norte e Nordeste do Brasil), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

OLIVEIRA, Claudio Dourado de. Os Territórios Camponeses na Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu, na Bahia-Brasil e as ameaças pela política agronegócio. **Diálogos**, n. 212. Instituto de Desenvolvimento Rural da América do Sul (IPDRS): Paraguaçu, 2018. Disponível em: < <https://ipdrs.org/index.php/nuestra-produccion/dialogos/dilogo/212> >. Acesso em: set. de 2021.

OLIVEIRA, Fátima Cristina da Silva. **Exploração mineral, sítios arqueológicos e questões socioambientais em Boquira BA – Desafios e alternativas para a gestão municipal**. Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Tecnologia e



Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ecologia Humana e Gestão Socioambiental. Juazeiro, 2018.

RIBEIRO, Carolina Silva; OLIVEIRA, Gilca Garcia de. **Conflitos Socioambientais no Meio Socioeconômico: O Caso De Brotas De Macaúbas, Bahia.** Revista Brasileira de Energia | Vol. 26, Nº 4, 4º Trimestre de 2020.

RIBEIRO, Carolina Silva; ARAÚJO, Cloves dos Santos; OLIVEIRA, Gilca Garcia de; GERMANI, Guiomar Inez. Aspectos econômicos e jurídicos que cercam a relação de camponeses com empresas exploradoras de energia eólica no município de Brotas de Macaúbas – Bahia. **Revista Nexos Econômicos** – PPGE/UFBA v. 12, n. 2, jan-jun. 2018. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/33986> >. Acesso em: set. de 2021.

SANTANA FILHO, Alberto José. **Análise de Condicionantes Socioambientais para Instalação de Parques Eólicos:** Estudo de Caso, Licenciamento do Complexo Eólico Morrinhos - Campo Formoso – BA. Dissertação (Mestrado), Universidade Católica do Salvador, Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental. Salvador, 2019.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Rio e Fronteiras:** Conquista e Ocupação do Sertão Baiano. São Paulo: EDUSP, 2017.

SILVA, Tâmara Bastos. **Aspectos Socioambientais e econômicos dos municípios baianos Anagé e Mucugê em função da construção de reservatórios.** Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Itapetinga, 2019.

TRALDI, Mariana. Impactos Socioeconômicos e Territoriais da Implantação de Parques Eólicos nos Municípios de Caetité (BA) e João Câmara (RN). *In:* GORAYEB, Adryane; BRANNSTROM, Christian; MEIRELES, Antonio J. de Andrade (Orgs). **Impactos socioambientais da implantação dos parques de energia eólica no Brasil.** Fortaleza: Edições UFC, 2019, p. 265-286.